

ENSINO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL NO ÂMBITO DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL NA AMAZÔNIA ORIENTAL

INTELLECTUAL PROPERTY TEACHING IN THE SCOPE OF A FEDERAL UNIVERSITY IN THE EASTERN AMAZON

Cleidiane Facundes Monteiro Nascimento ¹

Sheila Trícia Guedes Pastana ²

Resumo: As discussões sobre propriedade intelectual são crescentes, especialmente com o surgimento da sociedade do conhecimento voltada para a tecnologia e comunicação, tornando-se necessário a formação de profissionais em PI. Nesse contexto, o presente trabalho tem por objetivo identificar a existência de cursos de capacitação voltados para os discentes e servidores da UNIFAP, com abordagem do tema propriedade intelectual. A pesquisa é bibliográfica buscando-se o aprofundamento de conhecimento sobre o assunto, a prospecção de materiais e a análise de documentos institucionais da instituição. Como resultado da pesquisa, observa-se o interesse da gestão em implantar a inovação no processo de ensino-aprendizagem, porém os únicos cursos ofertados não abordam o tema PI. Também se analisou as matrizes curriculares dos cursos disponíveis no Campus Marco Zero da UNIFAP, e foi identificado que somente o curso de direito oferta disciplina relacionada ao tema, alguns cursos de graduação ofertam disciplinas sobre inovação e empreendedorismo.

Palavras-chave: Ensino da PI. Propriedade Intelectual. UNIFAP.

Abstract: Discussions about intellectual property are growing, especially with the emergence of the knowledge society focused on technology and communication, making it necessary to train professionals in IP. In this context, the present work aims to identify the existence of training courses aimed at UNIFAP students and employees, with an approach to the intellectual property theme. The research is bibliographical, seeking to deepen knowledge on the subject, prospecting for materials and analyzing the institution's institutional documents. As a result of the research, management's interest in implementing innovation in the teaching-learning process is observed, but the only courses offered do not address the IP theme. The curricular matrices of the courses available at UNIFAP's Marco Zero Campus were also analyzed, and it was identified that only the law course offers discipline related to the subject, some undergraduate courses offer disciplines on innovation and entrepreneurship.

Keywords: PI teaching. Intellectual property. UNIFAP.

1 Graduada em Secretariado executivo e Direito (UNIFAP), Mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (UNIFAP). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5391145720379945>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7968-0314>. E-mail: cleidianefacundesmnascimento@gmail.com

2 Doutora em Administração (pela Universidade Potiguar), Mestre em Desenvolvimento Regional (pela UNIFAP). Graduada em Letras (UNIFAP) e Administração (Ceap). É professora na Universidade Federal de Sergipe. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0343141021341092>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8257-8655>. E-mail: sheilatriciagp@gmail.com

Introdução

As inovações são ferramentas essenciais para estimular a competitividade e o desenvolvimento econômico de uma nação e está interligada a propriedade intelectual que é o mecanismo de proteção das inovações, das criações decorrentes da criatividade humana. Propriedade Intelectual (PI) e Inovação são temas primordiais que justificam a própria existência da proteção especial que transforma em produtos valorados economicamente os resultados da criação, invenção, do engenho humano.

A Propriedade Intelectual converte o conhecimento em um bem intangível e privado, sendo a conexão entre o conhecimento e o mercado produtivo. Dessa forma, a propriedade intelectual é o elemento chave para garantir a proteção e a valorização econômica dos ativos intangíveis oriundos do processo inovativo.

Embora o tema propriedade intelectual seja crescente no mundo globalizado, ainda é necessária a ampliação de estudos relacionados a capacitação de pessoas capazes de atuar nas mais diversas áreas e campos da PI.

Nesse sentido, o presente trabalho busca identificar a existência de oferta de cursos de capacitação no âmbito da UNIFAP, Campus Marco Zero, que abordem a temática propriedade intelectual. Foi utilizado como embasamento para a pesquisa a análise de documentos institucionais, planejamentos, publicações e normativos internos da universidade.

A legislação prevê a necessidade de formar profissionais para inovação e conseqüentemente sobre PI. A Lei nº 13.243, sancionada em 11 de janeiro de 2016, quando se refere às Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT), define que as ICTs estabelecerão suas diretrizes e os objetivos para capacitação em empreendedorismo, gestão da inovação, transferência de tecnologia e propriedade intelectual (Brasil, 2016).

A universidade como ICT, cuja função primordial é a formação e geração de conhecimento, torna-se um ente fundamental nesse processo de disseminação da cultura da PI aos seus servidores e acadêmicos, visto que as inovações tecnológicas são cada vez mais comuns no mercado e no ambiente universitário, sendo primordial conhecer a forma de proteger as criações e produções intelectuais que poderão abrir muitas oportunidades para os profissionais e a sociedade em geral.

Definição de Propriedade Intelectual

A discussão sobre Propriedade Intelectual é cada vez mais crescente nos aspectos políticos, sociais e econômicos, e ganhou espaço também no ambiente do ensino, tamanha a importância do debate e disseminação da cultura dos mecanismos de proteção das criações. Nesse sentido, a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), estabeleceu que a definição de propriedade intelectual (PI) está relacionada com:

Direitos relativos às obras literárias, artísticas e científicas, às interpretações e às emissões de radiodifusão, às invenções em todos os domínios da atividade humana, às descobertas científicas, aos desenhos e modelos industriais, às marcas industriais, comerciais e de serviço, bem como às firmas comerciais e denominações comerciais, à proteção contra a concorrência desleal e todos os outros direitos inerentes à atividade intelectual nos domínios industrial, científico, literário e artístico (OMPI, 2002).

Observa-se que a definição está relacionada com a proteção de toda criação decorrente do intelecto humano, ou seja, toda criação, informação e conhecimento que deram origem a um produto oriundo da criatividade do homem, é um bem imaterial passível de proteção legal.

De acordo com Branco (2011) o conceito de propriedade intelectual como sendo amplo e empregado na área industrial, científica ou artística, cujo objetivo é assegurar a tutela da criação do intelecto humano e resguardar aos seus inventores ou titulares o direito de dispor das suas criações como forma de obter recompensas e reconhecimento por elas.

A PI concede aos titulares, criadores, o direito de proteger as criações diante de crimes intelectuais e prejuízos econômicos, dada sua importância para a economia da nação. Assim sendo, Semler (2017) afirma que a PI é o mecanismo formal de proteção e provimento da valorização econômica de ativos intangíveis, visto que eles são identificados como ferramentas de impulsionamento do crescimento e desenvolvimento econômico e social de uma população, organização, região ou nação.

Dessa forma, pode-se afirmar que a Propriedade Intelectual é um ramo do direito que visa proteger bem imaterial, resultante do espírito criativo do homem. Reforçando esse entendimento a Constituição Federal de 1988, reconheceu em seu texto, no artigo 5º, incisos XVII e XVIII, o direito de proteção das criações intelectuais, *in verbis*:

[...] Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

XXVIII - são assegurados, nos termos da lei: a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas; b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

XXIX - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País [...] (Brasil, 1988).

A legislação resguarda ao titular da criação a garantia de dispor, usufruir e auferir retorno econômico por suas atividades criativas, além de definir limites para a utilização por terceiros de suas obras/criações. A finalidade da Propriedade Intelectual é resguardar os direitos dos criadores/inventores e das instituições das quais fazem parte, inclusive de instituições de ensino e pesquisa, as quais muitas vezes detêm a titularidade da obra/invento, o que garante os direitos morais e patrimoniais decorrentes dos produtos resultantes de suas pesquisas (Santos; Sartori, 2019).

Na perspectiva do ensino, a PI adquire caráter multidisciplinar, podendo ser debatido nas mais diversas áreas de conhecimento (Faria, 2011). Para tanto, na sequência será abordado os aspectos da PI no ensino superior.

Aspectos do Ensino da PI no ambiente universitário

Com o arcabouço legal que embasa o direito de proteção da PI, todas as instituições, especialmente as universidades, que são promotoras de conhecimento, ciência, tecnologia e atuam amplamente no campo da pesquisa, depararam-se com uma nova realidade da qual devem adequar-se.

Segundo Noia (2020) as ICTs que já trabalham com a formação de pesquisadores, devem também capacitar pessoal para o empreendedorismo e gerenciamento dos ativos de conhecimento por meio do emprego de mecanismos de PI e transferência de tecnologia (TT) estruturando de forma consolidada o processo de inovação.

Além disso, com a evolução do conhecimento especialmente com o surgimento da sociedade da informação, baseada na capacidade de produzir, pesquisar e inovar no processo de informação e

conhecimento com a utilização em massa de meios tecnológicos e de comunicação, principalmente a internet, as mídias sociais, entre outros mecanismos, levaram as instituições de ensino, inclusive as universidades a se reinventarem, para acompanhar os novos desafios. Entre essas mudanças visualiza-se a necessidade de estruturar métodos de ensino-aprendizagem inovadores, que ultrapassem o formato tradicional de transmissão do conhecimento possibilitando ao estudante o aprendizado contínuo intercalado com a vivência no contexto real.

Dessa forma, a gestão do conhecimento está difundida na era da informação em que se tornou fundamental proteger o conhecimento gerado no âmbito das organizações, pois são considerados bem intangíveis essenciais para os negócios e elemento estratégico no processo de concorrência (Carvalho; Muniz, 2008).

Ainda nessa perspectiva, Noia (2020) ratifica que a capacitação de capital intelectual nas áreas de empreendedorismo, propriedade intelectual e transferência de tecnologia são pontos cruciais das leis que buscam difundir a cultura empreendedora de PI e TT, caracterizando-se como um dos alicerces da política de inovações para as instituições e demonstrando que esse tipo de qualificação profissional se converte em elemento fundamental para o processo de gestão da inovação e dos ativos de conhecimento das organizações.

Neste sentido, a legislação propicia que as instituições públicas de ensino, caracterizadas como Instituição Científica e Tecnológica no texto da Lei n. 10.973/2004, adotem postura voltada não somente para formação e capacitação científica e tecnológica, mas seja o instrumento propulsor do desenvolvimento econômico e social do país como ambiente de inovação e de disseminação da PI. Segundo Smith e Parr (2000 *apud* Buainain; Souza, 2019), explicam que, as marcas, patentes e direitos de autor são mais valiosos que os bens físicos das instituições que compõem os mais diversificados segmentos da economia, e no que concerne ao quesito qualitativo, o conhecimento, a experiência, a habilidade e a capacidade de aprender são ativos mais valorados, tanto no capital intelectual como nas empresas.

As universidades são definidas como organizações com características peculiares, pois sua finalidade é extensa e complexa quando comparada a outras instituições, estão sempre em constante desenvolvimento, são multidisciplinares, gestoras de recursos intelectuais, geradoras e disseminadoras de conhecimento.

Para Costa (2013), o emprego das vantagens previstas pela propriedade intelectual, desde o início de uma pesquisa ou projeto, é determinante para preservar os conhecimentos, dos mais rudimentares aos que possuem relevância econômica para as instituições e o país.

Na academia, os benefícios estão voltados a possibilidade de acessar recursos do setor produtivo e governo com a finalidade de financiar projetos de pesquisas dentro da universidade, além de proporcionar o aumento na formação de profissionais para o mercado em geral. Nesse sentido, o foco da universidade como uma C&T (Ciência e Tecnologia) está voltado para a visão empreendedora, deixa de ter papel único de cooperar com formação de pessoal qualificado para as empresas e instituições que compõem a sociedade e passa a usar os resultados obtidos em pesquisa e de extensão como ferramenta de viabilização de desenvolvimento econômico.

No entanto, de acordo com Sennes e Filho (2011) o Brasil dispõe de projetos e atividades relativas à inovação, porém não resultaram em registros de patentes e produção científica, principalmente nas áreas biológicas e agrícolas, pesquisas desenvolvidas por pequenas e médias empresas, por universidades e institutos de pesquisa.

Os autores Sennes e Filho (2011) afirmam que o baixo registro de patentes e produção científica está relacionado a alguns fatores, dentre eles a ausência de promoção da cultura inovadora. A deficiência de capacitação dos pesquisadores sobre a temática de PI, tais como: propriedade industrial, prospecção tecnológica em bancos de patentes, negociação e avaliação de ativos de propriedade intelectual, proteção da PI.

Segundo Gimenez (2012) a incorporação do ensino da propriedade intelectual, nos diversos níveis tende a favorecer os estudantes universitários, não somente relacionadas as habilidades específicas, voltadas as suas futuras áreas de atuação, mas especialmente em um sentido mais amplo, tem a finalidade de promover a cultura do respeito e da valorização das ideias criativas, no contexto da economia do conhecimento.

Ainda nessa perspectiva, Mendes e Amorim-Borher (2012) explicam que o aumento das

transações comerciais de produtos de elevado valor agregado e alta tecnologia, direcionou a propriedade intelectual ao lugar de destaque neste cenário e, consequentemente, apontou para a ampliação de busca por profissionais com formação técnica nessa área.

Neste sentido, um dos passos essenciais para disseminação do conhecimento sobre propriedade intelectual é a discussão do tema no ambiente universitário, como parte da formação dos profissionais que serão inseridos no mercado, bem como aos servidores da instituição que fazem parte dessa equipe formadora.

Corroborando com esse entendimento, o governo federal promulgou o Decreto nº 10.886/2021 que instituiu a Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual para o período de 2021 a 2030, cujo objetivo é o estabelecimento de governança e coordenação para as iniciativas, projetos e programas ligados à propriedade intelectual, com a finalidade de impulsionar a competitividade e o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

O documento definiu como um dos eixos estratégicos, a “Disseminação, Formação e Capacitação em Propriedade Intelectual”, com vistas a promoção de ações para disseminar a cultura de PI entre agentes econômicos, consumidores, comunidade acadêmica e a sociedade em geral, com o propósito de tornar o sistema e suas ferramentas conhecidas para inventores, criadores, cientistas e empresários, bem como formar e capacitar profissionais de diversas áreas no tema (ENPI, 2020).

A academia, por ser um ambiente de geração do conhecimento, é um local propício para disseminar informações sobre propriedade intelectual, visto que inúmeras pessoas, com competências multidisciplinares compõem as universidades, entre servidores, alunos, colaboradores e comunidade em geral. Além das universidades atuarem estrategicamente no compartilhamento de conhecimento com a sociedade, é o local competente para executar processo de transferência ao mercado, de produtos resultantes de pesquisas internas e ainda se relaciona com diversas instituições de C&T (Ciência e Tecnologia) e reguladoras da PI no país (Gimenez, 2012).

O conhecimento em PI possibilita a atuação multidisciplinar do profissional e também permite que as pessoas reconheçam e compreendam no dia a dia, no seu ambiente de estudo e trabalho, as criações que devem ser protegidas e resguardadas como forma de garantir a exploração econômica e o reconhecimento da titularidade do autor/criador.

Em virtude das adversidades na administração do conhecimento produzido na instituição e da importância estratégica da propriedade intelectual para se apropriar desse conhecimento e protegê-lo, é fundamental que todas as pessoas que integram a organização estejam engajadas nesse processo (Costa, 2013).

Para além desse aspecto, o ensino da PI nas mais diversas áreas do conhecimento poderá impactar em todos os segmentos da sociedade, especialmente o econômico e social, pois, no político, a PI está sendo discutida por meio da criação de mecanismos legais e políticas públicas. Vislumbra-se que os conhecimentos de questões básicas sobre PI facilitem o reconhecimento de sua aplicação, bem como a necessidade de utilização, limites e orientações nas tomadas de decisão.

Assim sendo, as autoras Faria e Machado defendem a inclusão do ensino da PI no âmbito universitário:

O momento em que se deve proteger o capital intelectual produzido é de crucial importância para que o desenvolvimento econômico dele esperado possa se concretizar. Passado o momento de reivindicar a respectiva proteção, é possível que nenhum ganho econômico seja auferido.

Assim, do ponto de vista econômico, conhecer o sistema de PI durante a formação profissional, pode potencializar os ganhos resultantes de novos conhecimentos ou novas tecnologias, uma vez que o profissional estará capacitado para decidir como e quando protegê-los e divulgá-los. Transformar o conhecimento em um bem econômico é uma possibilidade real desde que protegido.

Disseminar o conhecimento sobre o uso estratégico do sistema de PI pode, portanto, interferir nos resultados da economia,

proporcionando a produção de bens intelectuais com maior valor agregado (Faria; Machado, 2013, p.40).

O direito relacionado à propriedade intelectual possibilita a exploração comercial ou vantagem econômica das criações humanas resultantes de diversas áreas de conhecimento como: a economia, administração, direito, artes, jornalismo, literatura, música, áreas técnicas, científicas, tecnológicas, o que caracteriza a PI como um instrumento multidisciplinar de disseminação da inovação, da tecnologia, do conhecimento e pode ser utilizada como ferramenta estratégica por todos os profissionais atuantes no mercado.

Metodologia

A etapa inicial para elaboração do presente trabalho deu-se pela prospecção de material em bases de dados científicos, tais como: plataforma Scielo, revistas de prospecção na área de inovação e propriedade intelectual e biblioteca digital de teses e dissertações. Nas bases de dados utilizou-se como palavras-chave para pesquisa: ensino da propriedade intelectual e universidade, propriedade intelectual e ensino superior.

Segundo Lakatos e Marconi (2003) a pesquisa bibliográfica ou fonte secundária visa aproximar o pesquisador de tudo aquilo que já foi escrito sobre o tema, permitindo o exame e enfoque de um novo ponto de vista.

A prospecção teve como finalidade identificar materiais que subsidiassem a pesquisa, o estudo mais aprofundado sobre tema, cujo o objetivo proposto é verificar a oferta de cursos relativos a propriedade intelectual direcionados aos discentes e servidores da UNIFAP.

Definiu-se as atividades de pesquisa exploratória, qualitativa, bibliográfica e documental, buscando-se obter os dados e informações sobre o tema que estivessem disponíveis em domínio público. A partir do levantamento dos dados foram feitas análises, fundamentadas em estudos científicos de diversos autores sobre o tema.

Segundo Tomasi e Medeiros (2021) a pesquisa com abordagem qualitativa é produzida em ambientes naturais, em que se exploram os fatos com maior profundidade e tem como foco a extração dos dados coletados. A busca por parte de um tema de pesquisa e, fundamento em estudos e literatura existente, define-se um ponto referencial, são algumas características apontadas pelos autores.

Uma das características da pesquisa documental é a busca por informações e dados em fontes primárias (Marconi; Lakatos, 2003). Uma das etapas do que fundamentou o estudo foi a averiguação de informações e dados em fontes primárias, tais como: documentos institucionais, plano de desenvolvimento de pessoas (PDP), plano de desenvolvimento institucional, normativos e matrizes curriculares que embasam a oferta de cursos de capacitação, bem como a busca nos sites da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia.

Essas etapas de análise e averiguação documental são definidas como exploratória que de acordo com Gil (2008) esse tipo de pesquisa tem o objetivo de desenvolver, esclarecer e alterar ideias sobre determinados assuntos. Geralmente envolvem o levantamento bibliográfico e documental.

Ainda nesse sentido, Gil (2008) afirma que as pesquisas exploratórias são desenvolvidas por meio da visão geral, visando a proximidade do tema pouco explorado, pode-se inclusive constituir-se de uma etapa inicial de um estudo mais amplo sobre o assunto.

A seleção do Campus Marco Zero teve com critério a existência do maior número de discentes, servidores lotados e cursos de graduação ofertados, pois está localizado na capital do estado, oferece 28 (vinte e oito) cursos de graduação, em média atinge cerca de 11.013 (onze mil e treze) discentes distribuídos nos cursos de graduação, pós-graduação, educação a distância e Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR). (PDI, 2020).

Resultados e Discussões

Abordagem da PI no âmbito da UNIFAP

A Fundação Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), em demonstração ao seu interesse na promoção da PI, definiu a inovação como um caminho a ser alcançado na visão, valor e objetivos de seu planejamento estratégico, denominado de Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, com vigência de 2020 a 2024.

Desta forma, destaca-se a visão da UNIFAP no PDI (2020, p.29): ser referência em educação superior e inovação tecnológica na Região Amazônica, fomentando o desenvolvimento sustentável e a integração social.

Contudo, torna-se incipiente a definição de estratégia para alcançar o avanço no aspecto inovativo, sem o estabelecimento de ações e providências concretas que possibilitem o atingimento do objetivo. Considerando que a atividade-fim da universidade é a formação de pessoas, e que as instituições não são compostas somente de recursos materiais, mas principalmente de capital intelectual os quais são fundamentais para a disseminação do conhecimento, especialmente sobre o tema propriedade intelectual. O presente trabalho tem como finalidade verificar se há ofertas de cursos direcionados aos discentes e servidores com enfoque no tema propriedade intelectual.

Diante disso, foram analisados os Planos de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), dos anos de 2019 a 2022, o documento que tem como objetivo promover o desenvolvimento dos servidores públicos da instituição. Esse planejamento dá embasamento para a capacitação profissional dos servidores com enfoque na busca por competências que possibilitem o cumprimento dos objetivos e metas estratégicas da instituição.

Importa esclarecer que o PDP é direcionado a atender necessidades de competências profissionais dos servidores da universidade, não estão inseridos neste planejamento, os discentes, ou seja, os cursos ofertados somente podem ser disponibilizados a categoria de servidores (docentes e técnicos).

Assim sendo, durante a análise do documento, identificou-se que houve a oferta e planejamento de cursos com abordagem relacionada à inovação, não foi constatado referência direta ou menção ao termo propriedade intelectual, embora os temas estejam diretamente ligados. Dessa forma, na tabela abaixo segue o levantamento de cursos disponibilizados pela Gestão de Pessoas e pelo Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia (NITT):

Quadro 1. Cursos de capacitação com a temática inovação

Base de dados	Título do curso	Informações
PDP 2019	Não foi ofertado curso com a temática.	
PDP 2020	Inovação farmacêutica e tecnologias cosméticas para uso em aulas práticas e pesquisas.	Não foi localizado o conteúdo programático do curso.
PDP 2020	Inovação no serviço público	Não foi localizado o conteúdo programático do curso.
PDP 2020 e 2021	Conhecimento em Gestão de Políticas Públicas - Análise, Inovação e Aperfeiçoamento de Políticas	Curso ofertado em parceria com a ENAP. Conteúdo programático: Linguagem Simples Aplicada ao Serviço Público; Ciências Comportamentais; Ciência de Dados aplicada às Políticas Públicas; Design de Serviços; Etnografias.

PDP 2021 e 2022	Gestão e Difusão de Inovações no Setor Público – 14 horas	Conteúdo programático: Inovação e o contexto do setor público. Perspectivas sobre design thinking. Construindo a capacidade de inovação no setor público
Plataforma Cursos Livres da UNIFAP	Gestão de Políticas Públicas - Análise, Inovação e Aperfeiçoamento	Noções básicas de Políticas Públicas; Análise da Gestão Inovadora de Políticas Públicas; Tipologias da Gestão Pública inovadora; Gestão de Políticas Públicas inovadora no Brasil e no Mundo; desafios e superações na Gestão das Políticas Públicas; Ecossistemas de inovação e aperfeiçoamento
PDP 2021 e 2022	Design Thinking para Inovação no Setor Público – 21 horas	Ofertado em parceria com a ENAP. Conteúdo programático: O que é design? Design thinking; O modelo teórico do duplo diamante; Design centrado no ser humano; Os três princípios do design; Como o design pode ajudar a resolver os problemas públicos? Inovação em governo.
PDP 2021 e 2022	Inovação e Transformação no Setor Público: Desafios para uma Prática Disruptiva – 24 horas	Não foi localizado o conteúdo programático
Site do NITT	Palestra “Empreendedorismo e inovação: o caso da Associação das Louceiras do Maruanum (ALOMA)”	Apresentações orais e em formato de banners virtuais dos trabalhos de iniciação científica desenvolvidos no biênio 2021-2022 por acadêmicos e professores/pesquisadores de todas as Instituições de Ciência e Tecnologia públicas do Amapá no Congresso Amapaense de Iniciação Científica (CONAIC_2022).
Site do NITT	Curso de Gestão Estratégica de Propriedade Intelectual	O curso foi ofertado em 2015, com carga horária de 20 horas e disponível somente aos servidores. Não foi localizado o conteúdo programático.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Vale ressaltar que não foi localizado nenhum plano ou qualquer outro documento formal que disponha sobre oferta de cursos, palestras ou seminários destinados aos discentes cujo tema seja a PI ou inovação. Além do mais, o Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia (NITT) da UNIFAP busca promover ações de disseminação de conhecimento sobre inovação e empreendedorismo, por meio de eventos, porém ao acessar o site do núcleo, localizamos somente as informações descritas no quadro acima, não foi possível identificar formalmente a disponibilização de outras iniciativas de cursos. Porém, os cursos disponibilizados pela Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) são divulgados pelo setor por meio de documentos internos, em que somente os servidores da instituição possuem acesso.

Apesar do planejamento macro da UNIFAP definir objetivamente a adoção de metodologias

inovadoras no âmbito do ensino-aprendizagem, verifica-se que as iniciativas ainda são discretas e direcionadas a um público limitado. Contudo, infere-se que a mudança de comportamento das instituições pode estar atrelada aos desafios estruturais, regimentais, diversos e complexos dos quais as universidades são parte, pois o ambiente acadêmico é vasto e multidisciplinar, a mudança requer a atualização de documentos, normativos e a discussão ampla e democrática de toda a comunidade acadêmica.

Outrossim, complementar a pesquisa, foram verificadas as matrizes curriculares dos cursos de graduação do Campus Marco Zero UNIFAP visando identificar componentes curriculares que façam referência ao tema propriedade intelectual. Dessa análise, foram localizadas as seguintes iniciativas:

Quadro 2. Disciplinas sobre ensino de PI ou inovação

Curso	Disciplina	Conteúdo programático
Direito	Disciplina de Direito da Informática (Proteção Jurídica de Hardware e Software e suas relações Com a PI)	O Nascimento do direito de informática. Histórico da legislação de informática. Considerações gerais sobre a legislação na informática. Enquadramento jurídico de hardware e software. A proteção jurídica do Hardware e do Software e suas relações com a Propriedade Intelectual e Industria. O Direito da Informática no Brasil e no Mundo. Imprescindibilidade de uma solução internacional. A Lei do Software. O Profissional de Informática. Estrutura e Composição dos Órgãos Gestores. A Política de Informática. Os Crimes de Informática. A Questão da Previsão Legal (Princípio da Anterioridade da Lei). Proteção à Base de Dados. Informática e direito à privacidade.
	Direito de Propriedade Intelectual	Histórico da proteção aos direitos autorais e de propriedade industrial no mundo e no Brasil. Direitos do autor. Direitos de propriedade industrial. A propriedade intelectual e os conhecimentos tradicionais dos povos da floresta.
Jornalismo	Empreendedorismo e Negócios de Mídia	Modelos de negócios capitalistas, cooperativos e a repartição dos ganhos. Oportunidade de negócios no contexto do jornalismo contemporâneo. Órgãos e instituições de apoio à geração de empreendimentos inovadores. Constituição das Organizações sem fins lucrativos e do Terceiro Setor para a comunicação. Estratégias de comunicação para o Terceiro Setor. A cultura no processo de desenvolvimento e a problemática da economia da cultura. Políticas culturais, a comunicação e os empreendimentos de jornalismo. Mídia independente. Crowdfunding. A Economia criativa, sustentabilidade e inovação.

Administração	Empreendedorismo	Principais características e perfil do empreendedor (Comportamento e Personalidade): Habilidades. Competências. Criatividade. Visão de negócio. Atitudes empreendedoras. Análise de mercado: Concorrência, ameaças e oportunidades. Identificação e aproveitamento de oportunidades. Princípios fundamentais de marketing para a empresa emergente. Definição, características e aspectos de um plano de negócios. Empreendedorismo corporativo. O planejamento financeiro nas empresas emergentes. Fundamentos de excelência.
Fisioterapia	Empreendedorismo e marketing em saúde	Conceitos e processos administrativos na área de Saúde. Planejamentos dos serviços de fisioterapia e reabilitação, organização, direção e o controle deste serviço, administração do pessoal, relações públicas, documentação, convênios e orçamentos.
Tecnologia em Secretariado	Psicologia da criatividade	Estudo dos temas relacionados ao processo criativo. Estudo do conceito de criatividade, das teorias sobre a criatividade, o processo criativo, a pessoa criativa, o ambiente criativo e o produto criativo. Estratégias básicas para a aplicação da criatividade nas organizações.
	Novas tecnologias aplicadas ao secretariado	Conceitos. Ondas de inovação tecnológicas. Tendências tecnológicas e organizacionais. Sistema de automação de escritórios. O banco de dados. Redes sociais. Hardware, software e o homem.
	Empreendedorismo	Empreendedor: o papel dos novos negócios no desenvolvimento da economia. Modelos de Empreendedorismo: oportunidades de negócios. Características Sociais e Comportamentais do Empreendedor. Avaliação da viabilidade da oportunidade. Preparação do plano de negócio simplificado.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Diante dos dados coletados é possível visualizar que dos 28 (vinte e oito) cursos de graduação ofertados no Campus Marco Zero da UNIFAP, somente o curso de direito aborda o tema propriedade intelectual, restringindo-se ao aspecto jurídico, meramente legal da PI, sem discussão da correlação do tema com o desenvolvimento econômico, inovador e competitivo.

Contudo, salienta-se que a instituição oferta disciplinas com temas relativos ao empreendedorismo, sendo um assunto interligado a inovação. Deduz-se que para dar início ao debate sobre o tema PI no âmbito acadêmico da UNIFAP, é essencial a realização de eventos, seminários, palestras e cursos voltados para os servidores e discentes com a finalidade de divulgar a importância da PI, dos seus aspectos legais, os impactos que podem ocasionar nos diversos campos de estudo, tais como na indústria, no comércio, nas atividades culturais, nas atividades de ensino e pesquisa, no ambiente administrativo das universidades, entre outros.

A primeira parte do trabalho ocorreu com o aprofundamento dos estudos sobre a temática. Para fins de atingir o objetivo deste trabalho, um dos principais achados durante a análise de documentos institucionais da universidade foi a identificação de que não há oferta de cursos de capacitação com abordagem específica sobre o tema propriedade intelectual, ofertados aos discentes e servidores.

A afirmação de inexistência de cursos ofertados com o termo propriedade intelectual foi

devidamente comprovada por meio das análises dos conteúdos programáticos e/ou materiais disponibilizados relativos aos cursos ofertados aos servidores. Além disso não identificamos nenhuma outra palavra que pudesse fazer referência ao tema, tais como: invenção, patente, transferência de tecnologia, porém foram localizados cursos com temáticas voltadas para inovação.

Contudo, com a oferta de cursos cujo a temática está voltada para a inovação, observou-se a iniciativa e interesse da instituição no desenvolvimento do tema, pois segundo o autor Buainain e Souza (2019) a inovação está diretamente relacionada com a propriedade intelectual, pois um refere-se ao produto ou processo de inovação e o outro ao mecanismo de proteção do respectivo ato inventivo.

Por fim, o resultado apontou para a necessidade de inserção do tema nos planejamentos de oferta de capacitações para os servidores e discentes da instituição, bem como levantar o questionamento se as ofertas dos cursos de inovação estão associadas a promoção do desenvolvimento inovativo no âmbito institucional.

Corroborando com o resultado alcançado, Cavalcanti e Bemfica (2019) ratificam a importância de ofertar treinamentos profissionais especializados, cursos de capacitação para gestores, bem como cursos de pós-graduação com vistas ao desenvolvimento de pesquisas e aprimoramento do conhecimento na área da PI.

Neste sentido, propomos a minuta de ementário para o curso de capacitação com carga horária de 40 horas podendo ser ofertado em formato digital e ser disponibilizado aos servidores e discentes da universidade. A presente ementa propõe a disseminação de conceitos gerais sobre propriedade intelectual, relacionando-se com as especificidades do ambiente acadêmico e sua importância para o processo de desenvolvimento econômico e social.

Quadro 3. Minuta Ementário Curso de PI

<p>Objetivo: Disseminar o conhecimento sobre Propriedade Intelectual a toda comunidade acadêmica da Unifap.</p> <p>Introdução Inovação e Propriedade Intelectual; Conceitos e Definições; Classificação e os campos de proteção; Principais marcos históricos no mundo e no Brasil; Legislação brasileira e seus aspectos; Principais tratados internacionais e seus respectivos campos de atuação.</p> <p>2. Conhecimento e a propriedade intelectual O conhecimento como um ativo intangível; O que são os ativos intangíveis e de capital intelectual; O que pode ser protegido.</p> <p>3. A Propriedade Intelectual no ambiente acadêmico Os desafios da universidade na disseminação da cultura da PI; Inovação e empreendedorismo na academia; PI e o cenário atual da Unifap.</p> <p>4. Propriedade Intelectual e Concorrência Papel da PI no processo de concorrência; O conceito de concorrência; Aspectos legais da concorrência.</p> <p>5. Propriedade Intelectual e Desenvolvimento Econômico O conceito de desenvolvimento econômico; O papel da PI no processo de desenvolvimento.</p>

Fonte: Adaptado de Gimenez e Bonacelli e OMPI (2023).

Por fim, outro achado importantíssimo para o presente estudo, foi a identificação de que o ensino da PI está restrito ao curso de direito, com abordagem voltada para o aspecto legislativo da PI. Por ser um tema fundamental e essencial para a implementação de mecanismos de proteção dos resultados produzidos no ambiente universitário, especialmente pelo fato da UNIFAP apontar a inovação como um objetivo a ser alcançado e por realizar a oferta de disciplinas sobre empreendedorismo e inovação, aponta-se a importância de ampliação e disseminação do tema para os servidores e discentes da instituição.

Considerações Finais

Tendo em vista que a proposta deste trabalho é identificar a realização de cursos de capacitação sobre o tema PI e as disciplinas ofertadas nos cursos de graduação do Campus Marco Zero UNIFAP, verificou-se que, apesar da UNIFAP estabelecer como uma de suas finalidades o incentivo à inovação, na prática, não foi possível identificar iniciativas de oferta de cursos, seminários, palestras e/ou ações de ensino voltadas para os servidores e discentes cujos temas sejam relacionados à propriedade intelectual, uma vez que a temática está entrelaçada ao desenvolvimento e promoção de ações inovadoras. Muito embora, nos dados tabulados de ofertas de cursos para os servidores, foram identificados alguns temas específicos com abordagem sobre inovação e empreendedorismo.

No entanto, verificou-se que é fundamental a inserção e promoção da discussão sobre propriedade intelectual nos mais diversos níveis de ensino, do básico, ao superior e a pós-graduação, pois dessa forma os envolvidos no processo de disseminação, sejam os emissores ou receptores do conhecimento, adquirirão visão mais ampliada e consciente da importância da PI no contexto socioeconômico para geração de renda.

Ademais, é imperioso registrar que é necessária a capacitação de toda a comunidade acadêmica, ampliando-se a cadeia de discussão e implementação da cultura da PI em todos os seus aspectos, e esclarecer que, a partir das informações extraídas do sítio eletrônico da UNIFAP e dos documentos institucionais, não é possível afirmar se nos cursos ofertados de inovação e empreendedorismo houve a abordagem de algum ponto relativo à PI, dada sua amplitude.

Perspectivas Futuras

Dado o recorte da pesquisa em averiguar cursos de capacitação e a oferta de disciplinas somente nos cursos de graduação do Campus Marco Zero UNIFAP, torna-se imperiosa a realização de estudos mais ampliados, principalmente para averiguar as dificuldades e/ou causas da ausência de ensino da propriedade intelectual nos cursos de graduação da instituição. Além disso, pode ser sugestão para estudos futuros o levantamento da abordagem do tema nos cursos de pós-graduação lato e strictu sensu.

Outrossim, o estudo de viabilidade da implantação de disciplinas sobre propriedade intelectual em outros cursos é imprescindível para que a instituição alcance um público maior na geração de conhecimento.

Referências

AMORIM-BORHER, M. B. *et al.* Ensino e Pesquisa em Propriedade Intelectual no Brasil. **Rbi: Revista Brasileira de Inovação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 281-310, dez. 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/47690781_Ensino_e_Pesquisa_em_Propriedade_Intelectual_no_Brasil. Acesso em: 03 mar. 2023.

BUAINAIN, A.M; SOUZA, R.F. **Propriedade Intelectual e Desenvolvimento no Brasil**. Rio de Janeiro: Ideia D/ ABPI, 2019.

BRANCO, G. *et al.* **Propriedade intelectual**: Série UTFinova. Curitiba: Aymará -Educação, 2011. 96 p. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2065/1/propriedadeintelectual.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#:~:text=I%20%2D%20construir%20uma%20sociedade%20livre,quaisquer%20outras%20formas%20de%20discrimina%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 04 jan. 2023.

BRASIL. Lei 9.279/1996, de 14 de maio de 1996. **Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9279/html. Acesso em: 04 jan. 2023.

BRASIL. Lei 10.973/2004, de 02 de dezembro de 2004. **Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm. Acesso em: 04 jan. 2023.

BRASIL. Lei 13243/2016, de 16 de janeiro de 2016. **Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm. Acesso em: 04 jan. 2023.

BRASIL. Decreto. 10.886/2021, de 07 de dezembro de 2021. **Institui a Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/D10886.htm. Acesso em: 04 jan. 2023.

CARVALHO, I. M.; VERAS, V. M. A Propriedade Intelectual como elemento estratégico da gestão do conhecimento. **Estratégia e Negócios**. Florianópolis, v.1, n. 2, 2008. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.unisul.br>. Acesso em: 02 mar. 2023.

CAVALCANTI, A. M.; BEMFICA, E. A. Disseminação da Propriedade Intelectual como Estratégia para Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação: o caso do Sistema Pernambucano de Inovação (SPIn). **Cadernos de Prospecção**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 15-30, mar. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/27222>. Acesso em: 03 mar. 2023.

CHAGAS, E. N. **Apreensão, implementação e gestão da propriedade intelectual nas instituições públicas de ensino superior**. 2004. 134 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Viçosa – UFV, Viçosa, 2004.

CORRÊA, J. T. **A cultura da propriedade intelectual nos cursos de design das instituições de ensino superior da grande Florianópolis**. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional). Centro Sócio Econômico, Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

COSTA, M. M. da S. **A Relevância da Inserção da Propriedade Intelectual na Pós-Graduação Brasileira como Ferramenta de Incentivo à Inovação**. Rbpg, Brasília, v. 10, n. 20, p. 351-364, jul. 2013. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/396/339>. Acesso em: 03 mar. 2023.

FARIA, A. X; MACHADO, R. P. Propriedade Intelectual e Inovação no Ensino Superior Brasileiro: Razões e Proposições. *In*: LAGE, Celso Luiz Salgueiro (Org.). **As diversas faces da Propriedade Intelectual**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 49-74.

FUJINO, A.; STAL, E. Gestão da propriedade intelectual na universidade pública brasileira: diretrizes

para licenciamento e comercialização. **Revista de Negócios**, v. 12, n. 1, p. 104–120, jan./mar. 2007.
GIL, A.C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S/A. 2002.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIMENEZ, A.M.N. **O Ensino da Propriedade Intelectual no Ensino Superior: o caso da Unicamp**. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica). Universidade Estadual de Campinas, 2012. Campinas-SP. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-30_0b2c7f79aeea62708b3_6c79e_974dd02d. Acesso em: 27 dez. 2022.

GIMENEZ, A.M.N. BONACELLI, M.B.M. CARNEIRO, A.M. Proposta de disciplina de propriedade intelectual a partir de práticas ensino em instituições selecionadas. 2017. **Revista Gestão e Conexões**. Vitória –ES. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ppgadm/article/view/4587>. Acesso em: 28 dez. 2022.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NASCIMENTO, J.M. OZAKI, A.M. Não sei mas quero saber: Um estudo sobre o conhecimento de estudantes do ensino técnico sobre propriedade intelectual. 2018. **Revista de Empreendedorismo, Negócios e Inovação**. Disponível em: <https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/reni/article/view/178>. Acesso em: 19 dez. 2022.

OMPI. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL. **Convenção que institui a Organização Mundial da Propriedade Intelectual**. Assinada em Estocolmo em 14 de julho de 1967 e modificada em 28 de setembro de 1979. OMPI: Genebra, 2002. Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo_pub_250.pdf. Acesso em: 19 dez. 2022.

SANTOS, W.P.C dos. SARTORI, R. **Introdução e Evolução Histórica da Propriedade Intelectual**. Série Conceitos e Aplicações em Propriedade Intelectual. Volume II. Salvador: IFBA, 2019.

SENNES, R.U.; FILHO, A. B. **Inovações tecnológicas no Brasil: Desempenho, políticas e potencial**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

SEMLER, R. F. **A gestão da propriedade intelectual como estratégia de inovação nas empresas do Núcleo Beltronense de Tecnologia**. 2017. 146 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2017. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/2430>. Acesso em: 26 dez. 2022.

TOMASI, C; MEDEIROS, J.B. **Redação de artigos científicos: métodos de realização, seleção de periódicos**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2021.

TOMMASI, A.C. **O Ensino de Propriedade Intelectual para o fortalecimento do Sistema Nacional de Inovação**. Dissertação (mestrado em Ciência da Propriedade Intelectual). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Propriedade Intelectual. Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, 2015.

UNIFAP. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. 2020/2026. Macapá: Universidade Federal do Amapá. Disponível em: <https://www2.unifap.br/deplan/files/2022/03/PDI-2020-2026-1.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2023.

UNIFAP. **Plano de Desenvolvimento de Pessoas**. Macapá: Universidade Federal do Amapá. Disponível em: <https://www2.unifap.br/drh/desenvolvimento-na-carreira/tecnico-administrativo/>. Acesso em: 05 jan. 2023.

UNIFAP. **Relatório de Gestão 2020. Macapá:** Universidade Federal do Amapá, 2021. Disponível em: <http://www.unifap.br/wp-content/uploads/2021/06/Relat%C3%B3rio-de-Gest%C3%A3o-2020-UNIFAP.pdf>. Acesso em 05 jan. 2023.

UNIFAP. **Relatório de Gestão 2021. Macapá:** Universidade Federal do Amapá, 2022. Disponível em: <https://www2.unifap.br/deplan/files/2022/09/Relatorio-de-Gestao-atualizado-para-o-site-26.08.2022-1.pdf>. Acesso em 05 jan. 2023.

Recebido em 15 de maio de 2023.

Aceito em 30 de outubro de 2023.